



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 23

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

**PROCESSO Nº:** 7.025/2024

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

**ASSUNTO:** Parecer jurídico referente ao Credenciamento de artistas ou bandas locais/regionais relacionados à música de diferentes estilos musicais para execução de shows nos eventos e festas do calendário municipal de 2024/2025.

Credenciamento nº 000001/2024.

**PARECER PRÉVIO**

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade o **Credenciamento de artistas ou bandas locais/regionais relacionados à música de diferentes estilos musicais para execução de shows nos eventos e festas do calendário municipal de 2024/2025**, mediante o procedimento auxiliar, na modalidade Credenciamento sob nº 000001/2024.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

1. Requerimento elaborado pelo Chefe de Divisão, Sr. Jorgian de Lima Gomes, acompanhado do calendário turístico e cultural do Município 2024/2025 (fls. 02/07);
2. Documento de formalização da demanda, elaborado pela Coordenadora de Eventos Culturais, Sra. Karoline Santos Barreto da Silva (fls. 15/16);
3. Estudo Técnico Preliminar, elaborado pelo Assessor Técnico I, Sr. Márcio Farge Cecon (fls. 18/25);
4. Declaração de disponibilidade e de adequação orçamentária (fls. 26);
5. Análise de riscos, elaborada pela Gerente de Planejamento e Risco, Sra. Milena Santos Pacheco e pela Coordenadora de Esportes, Sra. Maiara Fernandes Batistas (fls. 28/31);
6. Termo de Referência e/ou Projeto Básico, elaborado pela Gerente de Termo de Referência, Sra. Jocimara Barreto Chaves e pelo Assessor Técnico, Sr. Alef Alves Gomes (fls. 32/39 e fls. 52/59);
7. Orçamento Estimado (fls. 47/51);
8. Cópia do ato de designação do agente de contratação e equipe de apoio (fls. 65/66);
9. Autorização do Ordenador de despesa para contratação (fls. 14 verso);
10. Minuta do edital de credenciamento (fls. 67/79);
11. Minuta do Termo de contrato (fls. 90/92);

**É a síntese do necessário.**

Finalizada a fase preparatória do presente processo, o Setor de Contratações, através do Agente de Contratação, Sr. Mezaque da S. J. Rodrigues, encaminhou os autos para fins de análise e emissão de



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº \_\_\_\_\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

parecer jurídico preliminar acerca da regularidade do Processo Licitatório e da Minuta de Edital de Credenciamento, cujo objeto refere-se à:

**CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS OU BANDAS LOCAIS/REGIONAIS  
RELACIONADOS À MUSICA DE DIFERENTES ESTILOS MÚSICAIS  
PARA EXECUÇÃO DE SHOWS NOS EVENTOS E FESTAS DO  
CALENDÁRIO MUNICIPAL DE 2024/2025.**

**DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Cumpra esclarecer, preliminarmente, que o parecer jurídico não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria ao estabelecer um controle sob o prisma da legalidade.

É o entendimento do Tribunal de Contas da União, neste exato sentir:

(...) O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital, como esta que determina o prazo para início da operação. Neste caso, cabia ao gestor definir tal prazo." Tribunal de Contas da União Acórdão n. 186/2010- Plenário Relator Raimundo Carreiro. Processo n. 018 791/2005-4 (grifo nosso).

Ao encontro disso, recomenda a Consultoria-Geral da União, de acordo com o Manual de Boas Práticas Consultivas - BCP nº 07, sendo:

**O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos**, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto (Grifo nosso).

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 125

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do presente Processo.

### **PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES**

Os princípios das licitações e contratações públicas encontram-se elencados no art. 5º da Nova Lei de Licitações: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, proibição administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade, e desenvolvimento nacional sustentável.

### **PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no art. 18.

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo.

Nesse sentido, uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 126

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

O Documento de Formalização da Demanda – DFD é procedimento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação, conforme se extrai do inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, bem como prevê o art. 14 do Decreto Municipal nº 003/2024.

A regra é que referido documento já tenha sido elaborado para fins do Plano de Contratação Anual – PCA. No entanto, nos casos previstos no art. 27 do Decreto Municipal nº 03/2024, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Dessa forma, tem-se que os documentos que instruem o processo devem atender aos requisitos próprios para a oficialização da demanda.

No presente caso, constata-se presente o Documento de Formalização da Demanda às fls. 15.16.

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

De acordo com o inciso XX, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, estudo técnico preliminar é o "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*".

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido (§1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e §1º do art. 28 do Decreto Municipal nº 003/2024). Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, pesquisa de mercado, e de gestão que podem interferir na contratação.

No presente caso, o Assessor Técnico I, Sr. Márcio Farge Ceccon, elaborou o estudo técnico preliminar, conforme fls. 18/25. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 28, §1º do Decreto Municipal nº 003/2024.

**ANÁLISE DE RISCOS**

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

**No presente caso, foi juntado aos autos o Mapa de Riscos, elaborado pela Gerente de Planejamento e Risco, Sra. Milena Santos Pacheco e pela Coordenadora de Esporte, Sra. Maiara**



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 127

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

**Fernandes Batista, conforme às fls. 28/31, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 29 do Decreto Municipal nº 003/2024.**

**ORÇAMENTO ESTIMADO E PESQUISA DE PREÇOS**

O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para contratação de serviços em geral, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º, vejamos:

Art. 23 (...)

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

**Seguindo a premissa legal, não foi possível vislumbrar qual o parâmetro utilizado para estimar o valor das contratações, com base na Lei nº 14.133, de 2021, razão pela qual, condicionamos o parecer, para que o setor de compras informe e comprove qual a forma que se utilizou para aferir o preço médio das contratações, observando a ordem estatuída no art. 23 da Lei 14.133/2021.**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Como é cediço, deve haver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas pela Administração Pública. Assim é que a existência de previsão orçamentária para o exercício financeiro em que se realizará a despesa, consoante se vê no inciso II do art. 167 da Constituição Federal, art. 150, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 73 do Decreto Lei nº 200/1967, é condição prévia a ser observada antes da assunção de quaisquer obrigações financeiras.

Nesse passo, as regras pertinentes ao direito financeiro acima aludidas vedam a realização de despesa sem que tenha sido contemplada nas respectivas leis orçamentárias. Isso significa dizer que para a Administração realizar despesas é imprescindível a existência de previsão orçamentária suficiente para cobri-la.



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 322

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

O termo de referência é um documento indispensável para a contratação de bens e serviços, que deverá ser elaborado com os requisitos previstos no artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2022, e ainda conforme prevê o art. 30 do Decreto Municipal nº 003/2024.

Neste esboço, o Termo de Referência encontra-se às fls. 32/39, sendo atualizado às fls. 52/59, elaborado pela Gerente de Termo de Referência, Sra. Jocimara Barreto Chaves e pelo Assessor Técnico, Sr. Alef Alves Gomes, e devidamente aprovado pela Autoridade Competente, Sr. Felipe Martins Viana, às fls. 14 verso, atendendo as exigências das normativas supramencionadas.

**DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Processo nº 7.025/2024

Fis. nº 129

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa de preço, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação dos agentes de contratação e da equipe de apoio, e a minuta do Edital.

Ademais, vale ressaltar o que versa o art. 79, e seus incisos, da Lei 14.133/21, sobre o procedimento auxiliar na modalidade credenciamento:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Assim, encontra-se assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Processo Licitatório, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente, isso porque junto a solicitação de abertura do procedimento licitatório encontra-se todos os documentos necessário para dar seguimento ao certame.

### **DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO**

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 53, I e II, estabelece que:

Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 130

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

Já o Decreto nº 11.878/2024, foi editado para regulamentar o art. 79 da lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento, e o art. 7º, estabelece quais são os critérios mínimos (exigências), que deverão ser contemplados na minuta do Edital, quais sejam:

Art. 7º. O edital de credenciamento observará as regras gerais da Lei nº 14.133, de 2021, e conterà:

I - descrição do objeto;

II - quantitativo estimado de cada item, com respectiva unidade de medida;

III - requisitos de habilitação e qualificação técnica;

IV - prazo para análise da documentação para habilitação;

V - critério para distribuição da demanda, quando for o caso;

VI - critério para ordem de contratação dos credenciados, quando for o caso;

VII - forma e prazos de interposição dos recursos, impugnação e pedidos de esclarecimentos;

VIII - prazo para assinatura do instrumento contratual após a convocação pela administração;

IX - condições para alteração ou atualização de preços nas hipóteses previstas nos incisos I e II do **caput** do art. 3º deste Decreto;

X - hipóteses de descredenciamento;

XI - minuta de termo de credenciamento, de contrato ou de instrumento equivalente;

XII - modelos de declarações;

XIII - possibilidade de cometimento a terceiros, quando for o caso; e

XIV - sanções aplicáveis.

Somado a isto, o Decreto Municipal nº 03/2024, em seu artigo 97, definiu sobre as diretrizes do credenciamento.

Neste esboço, verifica-se que na presente minuta de Edital é possível identificar:

- **a descrição do objeto:** Credenciamento de artistas ou bandas locais/regionais relacionados à música de diferentes estilos musicais para execução de shows nos eventos e festas do calendário municipal de 2024/2025;
- **quantitativo estimado de cada item, com a respectiva unidade de medida;**
- **requisitos de habilitação e qualificação técnica:** item 5 e item 5.3 do Edital;
- **critério para distribuição da demanda:** conforme termo de referência, a ordem foi definida mediante os estilos musicais e calendário turístico e cultural do Município 2024/2025;
- **critério para ordem de contratação dos credenciados:** conforme item 6.2, “Atendidos os requisitos do Edital, os interessados serão classificados, e conseqüentemente, sua atuação mediante o procedimento de sorteio”;
- **forma e prazos de interposição dos recursos, impugnação e pedidos de esclarecimentos:** definidos no item 7 e item 16 do Edital;



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 131

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

- **prazo para assinatura do instrumento contratual após a convocação pela administração:** definido no item 8 do Edital;
- **condições para alteração ou atualização de preços nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput do art. 3º deste Decreto:** valores fixados conforme termo de referência;
- **hipóteses de descredenciamento:** definido no item 14 do Edital;
- **minuta de termo de credenciamento, de contrato ou de instrumento equivalente:** Anexos do Edital;
- **modelos de declarações:** Anexo do Edital;
- **sancões aplicáveis:** definido no item 15 do Edital.

Da análise da minuta do edital, não foi possível verificar prazo para análise da documentação de habilitação por parte da Equipe de Contratação, razão pela qual, condicionamos o presente parecer, para fazer constar o referido prazo.

#### **DA ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Em análise da minuta encartada ao edital, entendo que guarda regularidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Portanto, não detectando nenhuma irregularidade ou contrariedade à legislação pertinente, este ponto resta superado.

#### **DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO**

Em análise a Minuta do Contrato, verificou-se que o presente contrato deve cumprir com todos os critérios técnicos dispostos no art. 92 da Lei 14.133/21 da nova lei de licitações, sendo assim, não há impedimento para o prosseguimento da licitação, desde que adequada à legislação vigente, vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº 132

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

### **PUBLICIDADE DOS ATOS**

Destaca-se, que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos, incluído o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Enfatiza-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CONCLUSÃO**

Tendo em vista o bom andamento dos procedimentos destinados à realização do certame, desde que, atendidas as condicionantes deste Parecer, não vislumbramos, do ponto de vista jurídico,



Processo nº 7.025/2024

Fls. nº

132

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL**

**irregularidades que impeçam o prosseguimento do processo licitatório**, de forma que compete ao Agente de Contratação designado dar continuidade aos demais atos destinados à efetivação da contratação e execução de seu objeto.

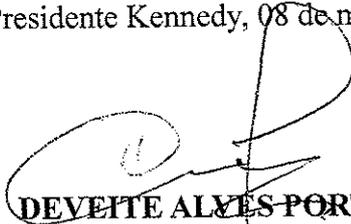
Salientamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133, da Constituição Federal de 1988, e Legislação Municipal pertinente, incumbe, a este órgão de execução da Advocacia Municipal, prestar o assessoramento sob o prisma opinativo estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência, oportunidade e quantitativo dos valores discriminados e dos atos praticados no âmbito da Administração do Município, nem analisar aspectos de natureza técnico-administrativa.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que atendidas as condicionantes deste parecer.

Deste modo, remetemos o presente feito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER** para devidas providências.

Salvo melhor juízo, é o que nos parece.

Presidente Kennedy, 08 de maio de 2024.

  
**DEIVETE ALVES PORTO NETO  
PROCURADOR GERAL MUNICIPAL INTERINO**